

COMBATES . . .

De todos os lados me vieram desta feita os mais calorosos aplausos pela minha atitude em face das incontínuas verbais de certos jornalistas. Quási tôda a gente compreendeu que não pode haver, para um escritor, maior coragem que a de defrontar os potentados da imprensa, acendedores das lâmpadas de Meca, e tão fáceis sempre em confundir os seus deveres essenciais com as graças e favores duma tolerância arbitrária e generosa. Quási todos compreenderam também que a literatura de combate é apanágio de tôdas as épocas, por mais que tentem negá-lo os espíritos acomodaticios e os idealistas sem virilidade, cúmplices eternos de todos os cabotinos da praça pública. E aos que duvidam ainda da eficácia das minhas polémicas, perguntarei se acham pouco êste movimento quási unânime de repulsa pelos processos jornalísticos hoje dominantes que as minhas palavras suscitaram. A verdade é que todo o homem enérgico, corajoso, audaz e verdadeiro é uma força social; não deve deixar-se contaminar pelo scepticismo, que é também ingénuo à sua maneira; e em vez de calar-se porque é só, deve erguer com mais força a voz por isso mesmo. Aos scépticos ofereço estas judiciosas e penetrantes palavras do pensador francês Gustave Belot que por acaso me caíram hoje sob os olhos:

«Tôda a tolerância tende a passar ao estado de direito, pois que todo o modo de acção deve

ser reconhecido como legítimo desde que contra êle se não eleva nenhuma resistência... A resistência, mesmo individual, pode ser eficaz, o exemplo é contagioso. Nunca há razão para dizer: de que serve, e que posso eu sózinho? Porque nunca se está sózinho quando se procede com alguma energia no sentido do direito... O nosso direito cria-nos um dever; se a sociedade nos dá a palavra, não é para que nos calemos... Aqui ainda, sofremos de certas associações de ideias infelizes legadas pelo passado. O prosselitismo, que nos lembra processos violentos ou pelo menos dogmáticos, ficou odioso. Um homem demasiadamente convicto dá-nos a impressão dum ingénuo, e um homem extremamente convincente dum importuno... Vemos intolerância naquele que nos contradiz ou simplesmente nos esclarece. Êle perturba a nossa quietação e a nossa inércia, que nós tomamos pela nossa liberdade. Num semelhante estado de espírito, como se compreenderia o dever de despertar as consciências adormecidas? Pretendemos viver sob um governo de opinião; e ninguém ousa esforçar-se por fazer a opinião, ninguém quer afrontar a opinião. Assim a abdicação dos que teriam a maior autoridade e os maiores deveres deixa senhores do terreno os palradores que não receiam falar porque nada teem a dizer. De aí essa imprensa sem grandeza nem missão, cada vez mais confinada na banal informação ou na litera-

tura superficial⁽¹⁾, na insipidez da mundaneidade ou nas asperezas da concorrência política. E todavia não há razão decisiva para pôr em dúvida a eficácia da acção pessoal. Sem dúvida, ela pode parecer hoje mais difícil do que outrora, em razão da grandeza crescente da massa social a mover. Mas por outro lado esta massa é singularmente mais móbil, física e moralmente, e são mais poderosos sobretudo os meios de a pôr em acção... A verdade é que nunca foi tão fácil pôr a opinião em movimento, embora nunca se tenha tido menos coragem para o fazer... Já não cremos na acção, e isso mesmo faz a nossa fraqueza. Tornar-nos hiamos fortes se consentíssemos em crer por um momento na nossa força...

De-certo que subscrevo, que todo o meu passado nesta revista subscreve com inteira convicção estas palavras de Belot. Também creio na eficácia da acção individual. Tantas vezes se brada no deserto que o deserto acaba por animar-se. Se os Herculanos, os Anteros, os Basílios, renunciaram, não procurem a causa no ambiente, mas nêles próprios: é que não foram feitos para a luta. Todos nós passamos a vida a atribuir aos *outros*, ao meio, ao país em que nascemos, os males cuja extinção ou pelo menos cuja supressão parcial dependeria apenas muitas vezes dum pouquinho de energia, de força e de coragem da nossa parte. Queixamo-nos de que o ambiente esmaga o indivíduo, sem nos lembrarmos de exigir que o indivíduo se imponha e modifique o ambiente. Condicionamos sempre a nossa acção num meio de responsabilidade anónima e colectiva. Crer em nós próprios, deveria ser o primeiro credo dos homens que não querem passar apenas a vida a olhar para o passado e a admirar platónicamente os seus heroísmos.

Tivéssemos nós em Portugal sómente dez homens que soubessem e quisessem sê-lo, com energia, com tenacidade e com desassombro, e que *soubessem o que queriam* (condição bem mais difícil do que parece), e os nossos jornalistas seriam talvez menos vazios, os nossos políticos menos venais, os nossos comerciantes menos egoístas e espoliadores e os nossos operários menos estreitos. Em vez da dúvida, do scepticismo e da *blague*, é a confiança em si próprio,

é a confiança nos outros o primeiro dever do homem de espírito.

Um dos escritores atingidos pela minha última nota era o sr. António Ferro, cronista e jornalista de relativo talento que a nossa crítica niveladora e sistematicamente louvaminheira tem feito descer às maiores vilezas da prosa, às mais irritantes faltas de gosto e aos mais idiotas acrobatismos de polichinelo de circo, tudo (pobre dêle!) para parecer moderno e desenvôlto, e marcar no flanco, com orgulho cómico, a sigla escravizante duma escola. Tôda a vaidade de certos indivíduos se satisfaz em afixar um diploma, um penduricalho, um carimbo, uma estampilha que lhes faça perder a individualidade e os transforme em número tantos de qualquer série. O carimbo que este senhor afixou foi o de futurista; e dá lástima ver os esgares, as momices, as piruetas, os saltos mortais que êle tem vindo a fazer no trapézio e na corda bamba só para nos convencer de que o é! E quantos após êle pintaram também a cara de alvaiade e vermelhão e se entregaram aos trejeitos e acrobacias duma moda efêmera!

Não quero mal nenhum ao sr. Ferro; desejo apenas que se corrija, que se liberte da sua esporádica psicologia de novo rico e de *cocotte*, deitando ao guano as jóias de latão, a missanga, as lantejoulas, o *rouge*, o *cold-cream* e as calcinhas de renda do desopilante futurismo com que pretende deitar o lúzio às fáceis glórias e *épater le bourgeois*. Liberte a sua literatura dessa atmosfera viciada de alcoice, e abra as janelas de par em par para a vida, para uma literatura de ar livre e uma arte de ar livre. Não creio que haja futurismo que resista a um duche frio tôdas as manhãs e a uma lufada de ar nas ventas...

O outro escritor atingido era o sr. Trindade Coelho, de quem conhecemos uma novelazinha suportável, que talvez pudesse ao menos marcar passo no domínio da literatura de puro sentimento, mas tão fraquinho de intellecto, Deus meu, que não concebo, assim às primeiras, como o guindaram às culminâncias que hoje ocupa na imprensa portuguesa. Espírito falso, vazio, descoordenado, vivendo *à la dérive* da associação das ideas em regimen permanente de confusão mental e de verbalismo delirante, creio não errar chamando-lhe o representante máximo do psitacismo nacional. Não há um artigo só da sua pena que não forneça matéria de observação a um psiquiatra e não diagnostique para logo uma degenerescência profunda dos neurones superiores. Cada

(1) Veja-se, como exemplo, o *Fado de Camilo*, depois cantado pelas pequenas das escolas (!) e a atitude do *Diário de Notícias* no já célebre crime da Figueira, exploração tórpe de noticiário que provocou da parte do marido da vítima algumas das mais exactas e corajosas palavras que tem sido proferidas contra a imprensa do nosso país.

uma das fórmulas de que êle tanto abusa me parecem obtidas pela forte compressão dum cérebro incapaz de expremper outra coisa senão água chilra. E a êste pobre senhor magro e tão cerebralmente anémico, que precisaria de reconstituintes mentais e possivelmente dum período de repouso numa casa de saúde, o que fazem as forças que pretendem carrilar a existência nacional e reorganizar para o bem comum a actividade da Grei? Põem-no à frente do *O Século*, o «jornal de maior circulação no país», para ser um mentor da opinião e um mestre do pensamento doutrinário! Nesta cruzada de redenção, Trindade Coelho é o seu jornalista, como Cunha Leal é o seu político. Isto, francamente, chega a ser offebachiano.

Esse caso da União dos Interesses Económicos (no seio da qual conto alguns dos meus bons amigos) não pode aqui ser tratado sob todos os seus aspectos, nem eu poderia nunca marcar no caso senão a minha opinião estritamente pessoal. Direi apenas o bastante para definir a minha attitude de espírito em relação a êsse organismo. Em primeiro lugar, eu estou longe de professar pelos políticos e pelo parlamento o desprêzo absoluto dos homens da minha geração; e num dia em que a ditadura conquistava as simpatias quasi gerais dos portugueses e estava em moda o ataque às instituições parlamentares, lembro-me que fui eu o único a defendê-las, não já em nome dos formalismos teóricos e da rigidez de princípios que muitos me atribuem, mas da mais elementar experiência das nossas realidades políticas. A verdade é que todos os povos em declínio precisam de criar bodes expiatórios, no que são auxiliados pela carência quasi geral do sentido das realidades e do verdadeiro espírito crítico, que nunca discute as instituições em si e em abstracto, mas em relação ao ambiente, às condições sociais e às instituições opostas por que se desejaria substitui-las. A attitude verdadeiramente realista em face do parlamento seria, pois, esta: reconhecido que o parlamento é mau, não seria peor uma ditadura? E então o problema não consistiria antes na transformação do parlamento do que na sua supressão pura e simples? Eu bem sei que é muito difícil esta attitude, pois são muito mais cómodas as soluções absolutas, e o homem é feito de maneira que às pequenas conquistas realizadas prefere as hipotéticas conquistas das suas quimeras e dos seus sonhos. Mas por mim eu tenho muito amor por estas pequenas conquistas, estas pequenas garantias, êstes pequenos direitos, e estas pequenas e limitadas realizações do ideal, e acho mais nobre e mais humano morrer por elas do

que por um ideal concebido nas nuvens, inteiramente fora das contingências sociais. Para exprimir com maior força a minha idea — e estou certo que os meus próprios adversários me farão a justiça de não pensarem que me move apenas o intuito de defender uma situação —, para exprimir com maior força a minha idea, devo dizer que preferiria morrer agora em defesa desta contingente e imperfeita república que nós fizemos a morrer outr'ora por aquela vaga e problemática república que nós sonhámos. Não há nada mais antipático ao meu espírito do que a fauna dos desiludidos, patetas porque esperaram o paraíso da República, impotentes porque nada fizeram para a fazer melhor.

O que disse do parlamento poderia applicá-lo ao político. O político é hoje o nosso bode expiatório, como foi em tempo o jesuita, como serão talvez amanhã as forças vivas. Dir-se hia, ao crer as gentes, que o político é o causador de todos os nossos males, e que sem êles todos nós nos poderíamos sentar à mão direita do Deus padre.

Os políticos teem sido realmente maus, mas quantos fora da política podem dizer: eu cumpro o meu dever de cidadão? E qual é a classe que tem direito de aparecer ante nós, não como uma ré que se confessa e se penitencia, mas como julgadora e dispensadora do castigo? A União dos Interesses Económicos assumiu esta attitude irritante, e em vez de começar por fazer o que seria aqui essencial em todo o movimento de classe — que é a sua própria *deontologia*, —, ergueu o lábaro da revolta, ousando mascarar-se de inconcussa, como o mais puro e nobre reduto da consciência nacional.

Sou funcionário público, mas não há nenhuma sentimento de classe que me obrigue a tornar solidário com as dezenas de milhares de criaturas que nas repartições públicas exploram o país e roubam o Estado. Acima de toda a solidariedade e de todo o interesse de classe ponho a solidariedade para com toda a Grei e o interesse nacional. Porque é que os melhores de entre vós não adoptaram a mesma attitude para com as dezenas de milhares de exploradores e de envenenadores do povo que tendes no vosso seio? Apoiais com o vosso beneplácito ou o vosso silêncio os crimes que a gente do comércio e da finança tem cometido contra o povo? Esqueceis o desenfreamento de baixos apetites e a miséria da raça de que êstes últimos anos de após-guerra nos deram o triste espectáculo? Não conheceis milhares de comerciantes de carreira que nesse período fizeram de Portugal as minas do Brasil

ou as roças de África, enriquecendo à custa da miséria pública? Não odiais do fundo do vosso coração os que dentre vós falsificam os géneros, roubam nos pesos, compram os jornalistas e os políticos, lesam e defraudam a fazenda, espalham por toda a parte os germens da venalidade e da corrupção? Esqueceis os detentores da terra que a não cultivam e os que vivem nas delícias do absenteísmo? Ignorais por acaso que centenas de directores de companhias teem feito lucros excessivos e revoltantes? Dá-vos o direito da consideração pública o uso que fizestes da vossa riqueza e a maneira como empregastes o vosso supérfluo? Que flor de beleza e idealismo ergue a sua haste da vossa actividade? Qual a biblioteca, o museu, a escola, o laboratório, o grande hospital, o sanatório, a obra de arte que vos deve a existência? Além dos prémios que concedeis aos concursos jornalísticos, a expressão mais inferior porque é a mais comercial, da literatura, e das horríveis catacumbas, gaiolas e caixinhas de amêndoas que construíis para vossa habitação, desonrando a estética das cidades e dos campos de Portugal, que mais fizestes vós pela beleza e pela justiça, para maior fulgor da inteligência, da arte, da virtude ou da bondade? Não vos faz córar de vós mesmos um simples exame de consciência?

Vós conheceis tudo isto, e sabeis de-certo que muitos do vosso grémio deveriam estar a ferros, como criminosos comuns. E todavia, ao fundardes a vossa União, não fizestes o *mea-culpa*, não procurastes definir o que é legítimo e o que é ilegítimo na esfera das actividades económicas, não assentastes o vosso movimento, antes de mais nada, numa declaração dos deveres sociais. Só falastes nos vossos direitos e nos vossos interesses, como se elles se identificassem absolutamente com os interesses da nação, e tivestes a coragem de vos denominardes as «classes expoliadas», como se as outras usufruissem da fortuna que vós criais e fôsseis os ilotas da actual civilização! E tão poucos direitos concedeis a este pobre povo (que eu persisto em considerar o mais explorado do mundo), que ao primeiro semblante dum protesto formulado dentro da ordem já vos parece ver a hidra da Revolução Social erguer as cem cabeças e pedis alucinados um Mussolini que as decepe! O povo é ainda para vós a besta humana que não tem direito senão a trabalhar; aos seus lamentos que a Guarda Republicana responda fusilando-o; todo o protesto que não partir de vós é um fermento de desordem; e estais preparando com a vossa atitude anti-democrática e ferrenhamente conservadora o advento dum Mussolini de pacotilha, que há de

cair — isso é dos livros — na poça do seu próprio sangue. Comparai a atitude dos conservadores ingleses, que estão adoptando uma nobilíssima *política de transigência* que honra a espécie humana, com a vossa cega *política de resistência* contra tudo o que representa um maior equilíbrio da riqueza e uma maior justiça social. Os ingleses transigem diante dos factos; vós resistís ante as exigências mais justas. Volveis apenas os olhos para Mussolini, sem vos lembrardes que todos os Mussolinis acabam por tombar, e aqui mais depressa que em parte alguma!

Não penseis que estou fazendo bolchevismo, ou no que escrevi dei ao menos largas aos meus sentimentos socialistas. Não há aí uma só frase que não pudesse ser subscrita por um verdadeiro conservador. Pelo contrário, muitos homens da direita foram muito mais longe do que eu no seu ataque às oligarquias financeiras. Ainda não há muitos meses que um jornalista monárquico, irritado com a finança, dizia ser preciso dar um assalto ao Banco de Portugal, e correr tudo à vaiada; e um homem da extrema direita, do mais desbotado e hesitante republicanismo, se esfalfava a gritar que a Banca era o maior inimigo do país, e que era absolutamente necessário fazer um inquérito às fortunas particulares. Assim faziam então a história, num período em que a República estava de facto nas mãos das clientelas financeiras, o sr. Afonso Lucas, que hoje tanto grita contra a intrusão do governo no Banco de Portugal⁽¹⁾, e o sr. Trindade Coelho, aquêle mesmo que inclui agora a Banca no número das «classes espoliadas». As circunstâncias mudaram; a República fêz um esforço, embora talvez demasiado nervoso, de libertação das tutelas financeiras; atacar a Finança já não é a boa política destrutiva; os seus maiores detractores tornaram-se os seus maiores apologistas; mas nem por isso os srs. Afonso Lucas e Trindade Coelho, quando di-

(1) Devo declarar que também não dou o meu apoio à forma como o governo procedeu na questão do Banco de Portugal. O Estado nunca deve dar o exemplo do desrespeito pela lei; compete-lhe manter-se sempre no domínio da moral social. Esse «assalto» frustrado, a proibição das conferências de Amâncio Alpoim e Homem Cristo, e outros factos que deveriam merecer a repulsa unânime da toda a imprensa, mas que neste país só foram motivo de pura exploração política. (*O Século*, que censurou o governador civil de Coimbra por ter proibido a conferência de Homem Cristo não teve senão palavras de louvor para com o sr. Ferreira do Amaral por não ter permitido a de Amâncio Alpoim), estes factos de intersetamento das regras morais e de abuso de autoridade não servem senão para desprestigiar o Estado e desonrar a República.

ziam aquelas palavras duras e excessivas, deixavam de ser conservadores.

Mas se houvesse dúvidas sobre a maneira errada como a União dos Interesses Económicos colocou o problema da sua intervenção na política nacional, bastaria essa escolha do sr. Trindade Coelho como director do seu órgão para demonstrar à evidência que não está à altura das circunstâncias e a não animam intuítos verdadeiramente «reformadores». Se o seu «reformismo» produz efectivamente esta selecção no domínio do espírito, escolhendo precisamente o homem que representa um dos mais tristes, decadentes e mórbidos aspectos da mentalidade portuguesa, se é essa a sua tabela de valores espirituais, o que há a esperar da sua clarividência e do seu sentimento de justiça? Tenho aqui escrito que é com o espírito que se resolvem tôdas as coisas, mesmo as coisas da matéria. É com o espírito que o sr. Trindade Coelho representa que a União dos Interesses Económicos pretende salvar o país?

Quanto ao resto, quanto à maneira como esse pobre senhor magro, de ideias magras e palavras gordas, entendeu dirimir o nosso pleito, não será crueldade insistir? E não será talvez ao mesmo tempo demasiadamente offenbachiano? Valerá a pena dizer que esse pretensão partidário da Ordem me procurou na Biblioteca Nacional, quando me encontrava no pleno exercício das minhas funções oficiais, para tentar um desfôrço físico? Vale a pena pôr em evidência o imprevisto cómico desta situação, em que o delegado e representante das forças de ordem e o apologista encartado de tôdas as disciplinas sociais cometeu um dos mais graves atentados que se podem conceber contra o princípio da autoridade, da disciplina, da ordem e do respeito devido às funções públicas? Não, não vale a pena. A verdade é que o sr. Trindade Coelho, ao subir a escada da Biblioteca, sabia muito bem que não ia escrever um artigo de fundo. E decididamente, a-pesar de tudo, eu não quero bater mais nesse homem...

RAÚL PROENÇA.

P. S. — Não me permitirão os meus afazeres particulares e oficiais (não sei se os srs. jornalistas compreenderão bem isto!) responder talvez tão cedo às críticas sentimentais de que foi objecto o meu artigo sobre Religião, em que ninguém publicamente reconheceu ao menos a força da expressão, a propriedade e precisão da linguagem e o rigor do método intellectivo. Devo, porém, repelir desde já a afirmação do sr. Filomeno da Câmara no *Diário de Notícias*, de que estivemos aqui a fazer *estendal* do nosso

racionalismo ateu, afinando os nossos gorgeios de melros de bico amarelo pelos urros do populacho ignaro — como se o *populacho ignaro* conhecesse as antinomias de Kant e não fôsse, entre nós, na sua grande massa, católico apostólico romano. A verdade é que não costumamos afinar a nossa voz pela de nenhum grupo ou de nenhum homem, quando tratamos de definir o nosso pensamento. Ao contrário do da maioria dos intellectuais do nosso país, elle não está sujeito às oscilações do câmbio, nem o exerce numa *atmosfera de conformidade*, ou, pelo contrário, de *reacção*. Conformidade e reacção são para mim puras atitudes simiescas que degradam e prostituem a intelligência. Estou por todos ou contra todos, se elles estão pela razão ou contra ela. Nas minhas divagações doutrinárias, não me preocupa o estado das nuvens nem a altura do barómetro. O pensamento é para mim alguma coisa de demasiado nobre para antes de o exercer olhar as horas no relógio do vizinho, afim de adiantar ou atrasar o meu. Mas é difficil aos homens de facção conceber um tal estado de espírito. Procedendo sempre com fins políticos partidários, são religiosos ou ateus, antagonistas da Finança ou seus apologistas, conforme as conveniências políticas do momento. Quando os democráticos estão do lado das oligarquias, vê-se nos *Homens Livres* (da política e da finança!) o verdadeiro núcleo do ressurgimento nacional. Quando os democráticos estão contra as oligarquias, tomando um pouco o semblante de *homens livres*, é no Nacionalismo (um partido) e na União dos Interesses Económicos (grupos financeiros) que está a salvação do país. Assim concebidas as coisas, é de facto difficil compreender uma attitude de espírito verdadeiramente orgânica e desinteressada. Nunca compreenderão os gorgeios dos melros de bico amarelo ou pássaros que teem o bico de tôdas as côres. — R. P.

■ ■ ■ ■ ■

A colecção da SEARA NOVA contém a história mais completa e flagrante das ideias modernas, da política nacional e internacional, assuntos sociais, literatura, doutrina, crítica, poesia, polémica, etc.

3 volumes (794 páginas e 143 gravuras.)

Cada vol., br. 25\$00

enc. 40\$00